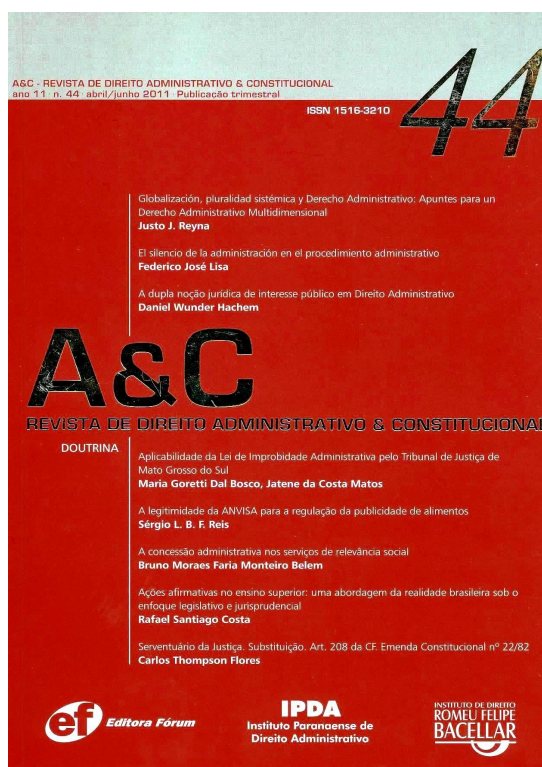




REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL



SUMÁRIO

EDITORAL.....9

DOCTRINA

ARTIGOS

GLOBALIZACIÓN, PLURALIDAD SISTÉMICA Y DERECHO ADMINISTRATIVO: APUNTES PARA UN DERECHO ADMINISTRATIVO MULTIDIMENSIONAL

Justo J. Reyna.....	13
1 El derecho administrativo clásico.....	14
1.1 Un componente dela historia reciente.....	14
1.2 Concepto elegido.....	15
1.3 Derecho administrativo en Argentina. Las distintas dimensionesjurídicas.....	15
1.4 Peculiaridad común de los derechos administrativos.....	16
1.5 Legalidad de la aplicación normativa. La relación entre la Administración y la ley.....	17
1.6 Técnicas clásicas de armonización de sistemas jurídicos domésticos argentinos.....	18
2 Globalización y pluralidad sistêmica.....	20
2.1 EI neoconstitucionalismo.....	26



2.2 El caso administrativo multidimensional.....	29
3 El derecho Administrativo Multidimensional.....	32
4 El reglamento conjunto.....	37
5 Colofón.....	39

EL SILENCIO DE LA ADMINISTRACIÓN EN EL PROCEDIMIENTO ADMINISTRATIVO

Federico José Lisa.....	41
Introducción: las funciones del procedimiento administrativo y el silencio de la Administración....	42
1 El silencio en general: las contradicciones del silencio.....	44
2 Silencio y Derecho.....	45
3 El silencio administrativo.....	45
3.a Inactividad administrativa material y formal.....	45
3.b El deber de resolver.....	47
3.c El derecho del particular a obtener una "resolución expresa".....	47
3.d Los principios y normas jurídicas sobre el derecho a obtener una "resolución expresa" y sobre el deber de resolver.....	48
3.d.1 El derecho fundamental a peticionar ante las autoridades.....	48
3.d.2 El derecho fundamental a la tutela "administrativa" efectiva.....	49
3.d.3 Los principios y normas del procedimiento administrativo y el régimen jurídico de los actos administrativos expesos.....	50
4 Precisiones en torno al deber de resolver y al derecho del particular a obtener una, "resolución expresa".....	52
4.a La legitimación.....	53
4.b Los deberes particular en el progedimiento administrativo.....	55
5 Algunas reflexiones.....	57

A DUPLA NOÇÃO JURÍDICA DE INTERESSE PÚBLICO EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Daniel Wunder Hachem.....	59
1 Introdução: a relevância jurídica do conceito de interesse público.....	59
2 As distintas noções jurídicas de interesse público em Direito Administrativo.....	62
3 Interesse público em sentido amplo.....	69
3.1 Interesse público ejuridicidade administrativa.....	70
3.2 Processo de definição do interesse público em sentido.....	73
3.3 Condição negativa de validade dos atos administrativos: princípio da finalidade e desvio de poder.....	76
3.4 Espécies de interesses englobados: interesse geral e interesses específicos.....	79
4 Interesse público em sentido estrito.....	87
4.1 Condição positiva de validade dos atos administrativos.....	87
4.2 Interesse público como conceito legal.....	89
4.3 Interesse público e discricionariedade administrativa.....	93
4.4 Dever de motivação.....	95
4.5 Conteúdo do interesse público em sentido estrito: núcleo e halo.....	97
4.6 Espécie de interesse englobadoz o interesse geral.....	100
5 Conclusões.....	103
Referências.....	105



APLICABILIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

Maria Goretti Dal Bosco. Jatene da Costa.....	111
Introdução.....	111
1 Breves considerações sobre improbidade administrativa.....	112
2 A Lei nº 8.429/92.....	115
2.1 Sujeitos da improbidade.....	116
2.1.1 Sujeito ativo.....	116
2.1.2 Sujeito passivo.....	116
2.2 Espécies de improbidade administrativa.....	117
2.2.1 Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.....	117
2.2.2 Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao Erário.....	118
2.2.3 Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.....	119
3 Meios de controle da improbidade.....	120
4 Atuação do Ministério Público.....	121
5 Decisão do Supremo Tribunal Federal.....	122
6 Aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	124
Conclusão.....	128
Referência.....	130

A LEGITIMIDADE DA ANVISA PARA A REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS

Sérgio L. B. F.....	133
Introdução.....	133
1 Alimentos e a saúde pública.....	135
2 A tutela da saúde pública e sua regulação.....	139
3 A ANVISA e seu marco regulatório.....	145
4 A publicidade e sua função.....	149
4.1 O princípio da subsidiariedade.....	152
4.1.1 Autoregulação.....	154
4.1.2 Intervenção subsidiária do Estado.....	157
5 Algumas experiências internacionais.....	158
Conclusão.....	162
Referência.....	163

A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA NOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL

Bruno Moraes Faria Monteiro Belem.....	165
1 Introdução.....	165
2 A concessão administrativa: uma nova modalidade contratual.....	168
2.1 Conceito.....	168
2.2 Os principais elementos caracterizadores da concessão administrativa.....	170
3 A concessão administrativa e os serviços de relevância social.....	178
3.1 Delimitações prévias.....	178
3.2 Conceito de serviço de relevância.....	178
3.2.1 Noção sobre o conceito de serviço público.....	178
3.2.2 Serviços de relevância social.....	180



4 A concessão administrativa de serviços de relevância social: saúde e ensino.....	182
5 Condições gerais para o sucesso das parcerias público-privadas.....	186
6 Conclusões.....	187
Referências.....	188

AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM DA REALIDADE BRASILEIRA SOB O ENFOQUE LEGISLATIVO E JURISPRUDENCIAL

Rafael Santiago Costa.....	191
1 Considerações iniciais.....	191
2 Ações afirmativas.....	193
2.1 Evolução do Estado e do princípio da igualdade.....	193
2.2 Conceito de ações afirmativas.....	196
2.3 Ações afirmativas e o ensino superior.....	197
3 Reservas de cotas nas instituições de ensino públicas.....	202
3.1 Argumentos favoráveis e contrários às cotas.....	202
3.2 Base legal e/ou normativa para as reservas de cotas.....	209
3.3 Análise da matéria pelo Poder Judiciário.....	212
4 Conclusão.....	218
Referências.....	219

PARECER

SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA. SUBSTITUIÇÃO. ART. 208 DA CF. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 22/82

Carlos Thompson Flores.....	227
I Dos fatos e do procedimento judicial.....	227
II Dos embargos de divergência.....	227
III Conclusões.....	232

ÍNDICE.....	235
--------------------	------------

ABSTRACTS.....	237
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241
Instruções para os autores.....	241